

A unificação alemã de 1871 e nós

René E. Gertz

Em janeiro de 1871, 150 anos atrás, no contexto da vitória militar da Prússia sobre a França, foi criado o Império Alemão, que vigorou até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Por interesses políticos, há referências a ele como Segundo Império (*Reich*), enquanto o primeiro teria sido o velho Sacro Império Romano-Germânico, desaparecido em 1806, e Hitler pretendeu ter instaurado o terceiro, em 1933.

Foi a unificação de 25 unidades políticas, das quais 22 eram “monarquias” e três “repúblicas” (as cidades hanseáticas de Bremen, Hamburgo e Lübeck). A Prússia, porém, exerceu a hegemonia, tanto no processo de unificação quanto na configuração da nova entidade política. Cerca de 65% da área era prussiana, e na população o percentual era apenas pouco menor. Numa comparação com a Alemanha atual, o território era 50% maior, com extensões sobretudo a leste, em especial na direção nordeste. Além da importância da Prússia como tal, seu possível contrapeso, as demais unidades incorporadas, estavam muito fragmentadas, bastando referir o fato de que o Reino da Baviera, a segunda maior, tinha apenas 10% da população, para contrapor aos 60% de prussianos.

Justifica-se perguntar: isso teve algo a ver conosco? Nos afetou? Nos deixou algum legado?

O primeiro aspecto que vem à mente é o demográfico, a vinda de imigrantes para o Brasil. Até meados do século XVIII, o território que viria a constituir o Império Alemão antes recebia que “exportava” pessoas. Mas esta tendência inverteu-se a partir de então, de forma que por volta de 1800 mais ou menos 750.000 alemães haviam ido para o leste europeu, e uns 300.000 para a América do Norte. Mudanças na agricultura e na estrutura fundiária, no contexto de um intenso processo de industrialização, explicam os excedentes populacionais. Durante o período imperial, junta-se apreciável crescimento vegetativo, evidenciado no fato de que havia 41 milhões de habitantes em 1871, 49 milhões em 1890 e 64 milhões em 1910. Nas décadas posteriores a 1870, uma média

anual em torno de 100 mil se deslocou para os Estados Unidos, chegando a um total de mais de 5 milhões, até a Primeira Guerra – enquanto para o Brasil vieram apenas cerca de 250.000, até 1940.

Ao contrário daquilo que se pode imaginar, portanto, o Brasil foi menos afetado por este processo. Além de menos atrativo por natureza, em função da divulgação de problemas enfrentados por imigrantes vindos para fazendas agrícolas em São Paulo, justamente a Prússia havia editado o Rescrito de von der Heydt, em 1859, que proibia campanhas pela migração para cá, legislação que foi estendida a todo o Império, a partir de 1871. Se até então haviam vindo cerca de 28 mil alemães, na primeira década imperial vieram cerca de 15 mil, na segunda 19 mil – portanto, uma fração pequena do fluxo que ia em direção aos EUA (lembre-se que a maior intensidade de vinda para o Brasil só aconteceria durante a brutal crise geral alemã da década de 1920, num total de 75 mil).

Com a formação do Império Alemão, alemães e descendentes no Brasil, portanto, não vieram a constituir fator de política internacional por causa de seu número, mas por sua suposta ou efetiva localização geográfica e sua relação com a “pátria-mãe”. Segundo opinião difundida na época em países como França, Inglaterra, Estados Unidos, a massa dos alemães que migrava para os EUA integrava-se, de imediato, no *melting pot* norte-americano, americanizando seus nomes e passando a falar apenas inglês. No Brasil, aconteceria algo diferente: concentrados em algumas regiões do sul do país, manteriam sua lealdade à cultura e mesmo à política alemãs. Este foi o ponto.

Mesmo que Bismarck tenha manifestado moderação na discussão desencadeada na Alemanha sobre seu direito de possuir colônias e que a Alemanha só as tenha adquirido na década de 1880, quando as demais potências as tinham há muito tempo, não há dúvida de que a questão colonial entrou na ordem do dia, após a unificação – uma frase que se tornou famosa na época foi “Exigimos nosso lugar ao sol” („*Wir verlangen auch unseren Platz an der Sonne!*“). Pela dificuldade em ocupar espaços nas regiões coloniais tradicionais (África e Ásia), as “colônias alemãs” do Brasil seriam uma alternativa viável e realista, pois sua incorporação ao império seria facilitada pela colaboração dos alemães aqui estabelecidos.

Ainda que a historiografia internacional apresente divergências a respeito, interessam aqui o surgimento e a consolidação da ideologia do “perigo alemão”, e uma consequente divisão bastante profunda entre os formadores de opinião no Brasil, com “francófilos” e “germanófilos”, que experimentou um crescendo até a Primeira Guerra.

Muitos livros, muitos artigos, muitos debates públicos giraram em torno deste “perigo” – alguns jornais brasileiros abriram colunas permanentes para o tema.

Outro efeito da implantação do Império Alemão foi o desencadeamento do *Kulturkampf*, a “guerra cultural”, alegada necessidade de separação entre Igreja e Estado, que – em termos extremamente simplificados – refletiu a predominância luterana da Prússia, e os consequentes reflexos negativos para o catolicismo, cabendo destacar apenas dois aspectos: a expulsão dos jesuítas, em 1872, e a fundação da *Zentrumspartei*, o Partido do Centro, para defender os interesses católicos. Se no Rio Grande do Sul temos instituições de ensino de projeção controladas por jesuítas, isto se deve aos inicianos que vieram para cá em virtude de sua expulsão da Alemanha, naquele tempo. O Partido do Centro não teve importância no período imperial brasileiro, porque o Estado brasileiro era confessional-católico, e o catolicismo não precisava articular-se através de um partido específico. Mas quando veio a República, com sua insistência no caráter laico do Estado, incluindo ameaças à Sociedade de Jesus, foi fundado um Partido do Centro, aqui no Rio Grande do Sul. Ele não “deslanchou” em termos eleitorais, e Júlio de Castilhos propôs a seus líderes um acordo, no sentido de incorporar alguns representantes em seu Partido Republicano Rio-Grandense – nomes de deputados como Englert e Kroeff foram representativos da ala “centrista” do PRR. Este movimento também deixou outras marcas em nosso estado, na vida cultural – uma Typographia do Centro exerceu papel muito importante nos campos religioso, literário e educacional, até a década de 1950.

Por último, cabe fazer referência ao sistema imperial alemão como tal. Aqui, deve-se lembrar que ele foi caracterizado como *Sonderweg*, como “via peculiar”, no jargão dos cientistas sociais brasileiros, mais conhecido como “via prussiana”. Novamente correndo o risco de fazer uma simplificação empobrecedora, este *Sonderweg* pode ser visto sob duas perspectivas: uma cultural, outra política. Do ponto de vista cultural, a Alemanha se caracterizaria por uma forma de ser diferente dos seus vizinhos, em especial da França e da Grã-Bretanha. Enquanto nestes países teria predominado a “civilização”, lá teria vigorado a “cultura”, algo mais profundo, mais elaborado, menos superficial.

No campo político, o século XIX se caracterizaria pela consolidação da democracia liberal, ao menos nos dois citados países vizinhos, enquanto na Alemanha teria vigorado um regime autoritário, preocupado em estabelecer uma convivência entre tradição e modernidade, com as instituições de representação cidadã mais típicas dos outros países, os parlamentos, tutelados, ainda que com eventuais concessões no campo

social (a legislação previdenciária, por exemplo). Na cultura historiográfica alemã, parece dominar, por isso, uma prevenção muito enraizada contra esta situação, pois argumenta-se que este sistema aplainou o caminho para a implantação do nazismo, logo adiante. Por isso, quando o “muro” caiu, em 1989, e veio uma nova unificação, o conhecido historiador Jürgen Kocka escreveu um artigo para o influente semanário *Zeit* implorando, “por favor, não venham com um novo *Sonderweg* – qualquer parcela de desocidentalização constituiria um preço demasiadamente elevado para a unidade alemã”.

Neste ponto, há indícios de que a cultura historiográfica brasileira se agarrou à tradição prussiana. Nas últimas décadas, vão se consolidando, por aqui, manifestações de simpatia pelo *Sonderweg* político iniciado no Rio Grande do Sul, por Júlio de Castilhos – ainda que por suposta inspiração em Augusto Comte, e não em Otto von Bismarck –, levado para o nível nacional por seu discípulo Getúlio Vargas, continuado pelo “prussiano” Ernesto Geisel... Assim, a influência do prussiano Império Alemão, hoje, parece ser maior no Brasil que na própria Alemanha.

René E. Gertz é historiador, professor aposentado da UFRGS e da PUC-RS. Autor, entre outros, de *O perigo alemão* (Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991) e *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002). Pela editora Oikos, acaba de lançar suas memórias, *A trajetória de um professor-colono*.